

**SUMÁRIO**

<b>ARTIGOS</b>	<b>13</b>
COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	15
<i>Fabrizio dos Reis Brandão</i>	
1. Introdução	15
2. Conceitos importantes para o tema	17
3. Relatos sobre relativização da coisa julgada	22
4. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado e coisa julgada em matéria tributária	24
Considerações finais	37
Referências	37
A INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	41
<i>Fernanda Donnabella Camano de Souza</i>	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO DO STOCK OPTION PLAN	47
<i>Gustavo Junqueira Carneiro Leão</i>	
1. Considerações iniciais	47
2. Conceito e natureza jurídica	48
3. Análise dos momentos do <i>stock option plan</i> e sua tributação	59
4. Conclusões	63
PROGRAMAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS PRÓ-SUPERIOR E PROEDUC: HERMENÊUTICA JURÍDICA APLICADA À SUPOSTA LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA COMPENSAÇÃO DE SALDO A RECEBER, POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, DE BOLSAS DE ESTUDO COM DÉBITO DE ISS	65
<i>Leonardo Freitas de Moraes e Castro</i>	
I. Introdução	65
II. Legislação instituidora dos incentivos “PRÓ-SUPERIOR” e “PROEDUC”	67
	9

III. Argumentos que fundamentam a inexistência de limitação temporal para a compensação dos saldos de recebíveis	70
IV. Conclusão	86

**PARECER** 89

IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE INTEGRAÇÃO ANALÓGICA PARA IMPOSIÇÃO DO ISS, EM HAVENDO ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COM ALÍQUOTA MENOR, OBJETIVANDO ALÍQUOTA SUPERIOR – REGIME JURÍDICO DO ISS PARA INTELIGÊNCIA DA APLICAÇÃO DA LISTA DE SERVIÇOS – PARECER	91
---	----

*Ives Gandra da Silva Martins*

*Marilene Talarico Martins Rodrigues*